



# Câmara Municipal de Caçapava

Cidade Simpatia - Estado de São Paulo

03  
/

## PARECER DA PROCURADORIA JURÍDICA AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20/2019.

**Autor: Vereador Jorge Jerônimo Teixeira dos Santos**

### EMENTA

#### **Diploma de Honra ao Mérito. Legalidade e Constitucionalidade.**

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Decreto Legislativo que concede Diploma de Honra ao Mérito ao Senhor Arthur Galvão de Carvalho Zappelin.

A presente proposição está amparada pelo artigo 142, parágrafo 2º, inciso III do Regimento Interno desta Casa, bem como atende as exigências do Decreto Legislativo nº 1, de 21 de fevereiro de 1984.

A iniciativa do presente projeto está em conformidade com o artigo 10, inciso XVII da Lei Orgânica do Município.

Consta anexo ao projeto justificativa e histórico da vida do agraciado.

A espécie normativa está adequada sob o ponto de vista legal e constitucional.

*O decreto legislativo é deliberação destinada a regular matéria de competência exclusiva da Câmara, produzindo efeitos externos, por repercutirem fora dela. (JUNIOR. João Jampaulo. O Processo Legislativo Municipal, Editora Fórum, 2ª edição, 2009, página 63)*

Praça da Bandeira, 151 – Centro – CEP 12.281-630 – Caçapava/SP

Fone: (12) 3654-2000 / Fax: 3654-2011



Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001 que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.splonline.com.br/camaracacapavaautenticidade> sob o identificador

320031003200340036003A00540052004100

14



# Câmara Municipal de Caçapava

Cidade Simpatia - Estado de São Paulo

04  
/

Ademais, constata-se que o presente projeto de decreto legislativo encontra-se em consonância com os ditames legais, restando apenas à análise sob o enfoque político que será realizado pelos nobres Edis.

Por todo exposto, considerando os substratos fáticos e jurídicos constantes deste processo, o parecer jurídico, o qual é **apenas opinativo**, é favorável quanto à legalidade e a constitucionalidade do projeto.

Este projeto deve ser levado à consideração da **Comissão de Justiça e Redação, bem como de Finanças e Orçamento**, conforme artigo 62 e seguintes do Regimento Interno desta Casa.

**É o Parecer, s.m.j.**

Caçapava, 06 de novembro de 2019.

  
**Luciana Aparecida dos Santos**

**Procuradora Jurídica**

**OAB/SP 244.712**

